

# ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA – GRUPO I  
DIREITO CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E AMBIENTAL

Data: 28.11.2004

### 1ª PARTE

- 1) Escreva sobre a aplicabilidade da teoria da reserva do possível (*Vorbehalt des Möglichen*) na defesa do Estado quando este é demandado por pretensões destinadas a criar os pressupostos fáticos necessários para o exercício de determinado direito a prestações estatais positivas. (15 linhas no máximo).
- 2) Explicar e fundamentar o cabimento do *habeas data* em face da introdução em bancos de dados dos denominados dados sensíveis. Falar, também, da possibilidade, ou não, de impetração do enfocado remédio constitucional em face de dados sigilosos. (15 linhas no máximo).
- 3) Por meio de quais hipóteses se dá o controle preventivo de constitucionalidade no direito constitucional pátrio? Quais as hipóteses de controle repressivo (de constitucionalidade) realizado pelo Poder Legislativo? (10 linhas no máximo).
- 4) Quais as situações autorizadoras da propositura da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental? Qual a competência para o processo e julgamento da medida? Qual a legitimidade para propô-la? Existe a possibilidade de declaração *incidenter tantum* de inconstitucionalidade no processo da ADPF? (15 linhas no máximo).
- 5) Como restaram estabelecidas as regras de competência em matéria ambiental na Constituição de 1988? Neste particular, qual a situação dos Estados-membros? (10 linhas no máximo).
- 6) No que tange ao Estatuto dos Congressistas, o que se entende por imunidade formal? Após o advento da EC nº 35/2001, ficou a referida imunidade formal mantida no texto constitucional ou foi abolida? (15 linhas no máximo).

### 2ª PARTE

- 7) Tomemos como hipótese um projeto de lei de iniciativa de deputado estadual versando sobre aumento, em 40%, da remuneração dos servidores públicos estaduais. Tal projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa e encaminhado à sanção do Governador do Estado, o qual o sanciona e, ato contínuo, promulga e manda publicar a agora lei estadual, com vigência imediata.

Atento à regra de legitimidade adequada à hipótese, elabore a peça inicial da ação cabível para a preservação da ordem constitucional.